

Desafios da Construção Democracia (Liberal) na África Subsaariana

Domingos Simões Pereira
Estudante de Ciências Políticas no IEP
Ex-Primeiro Ministro da Guiné-Bissau
dsimoespereira@icloud.com

O Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa é um Centro de Excelência no estudo do sistema democrático, cuja abordagem, compreensão, construção e consolidação têm na liberdade, na igualdade entre os cidadãos, no respeito pelas leis e pela justiça os seus pressupostos fundamentais e incontornáveis. Estes princípios, que terão emergido de experiências de administração das cidades-estado de Atenas e Roma antigas, evoluíram e se estruturaram com as lições das revoluções ocidentais ocorridas em Inglaterra, na América e em França, definindo uma tradição de liberdade que hoje constitui o fundamento do pensamento político moderno.

A construção democrática tem-se materializado por fases (ou por vagas) e, já no rescaldo da guerra fria, com a queda do muro de Berlim e o desmoronamento do império soviético, uma onda de grande euforia levou a que se admitisse a inevitabilidade deste regime, e que todas as sociedades lá chegassem. O tempo tratou rapidamente de relativizar esse convencimento, e demonstrar que, mesmo continuando a merecer a preferência da maioria dos povos e sociedades, em relação aos seus valores e princípios, a democracia liberal também atrai oposição e não é um ponto obrigatório e inevitável de chegada. Existe a oposição de um eleitorado nacional descontente e insatisfeito, e de outras nações e sociedades perante a pretensa universalidade deste sistema.

A África Subsaariana é a região do mundo mais questionada em matéria da viabilidade do processo da construção democrática, com conjeturas que admitem não ser propensa nem estar preparada para a implementação de regimes democráticos sobretudo do modelo liberal. Concorrem para esta tese a crença e afirmação de que a África não dispõe de uma base histórica e uma tradição de valores capazes de sustentarem essa construção, complexa e muito exigente. No manual *l'Histoire de l'Afrique Orientale*, Coupland, escrevia (em 1928): "Até D. Livingstone pode-se dizer que a África propriamente dita não tivera história. A maior parte dos seus habitantes tinham permanecido, durante tempos imemoriais, mergulhados na barbárie. Tal fora, ao que parece, o desígnio da natureza. Eles permaneciam no estagnamento, sem avançar nem recuar".

Como se compreende, tais afirmações mereceram as mais veementes contestações por parte dos africanistas e de historiadores africanos que viram nelas uma tentativa de incutir complexos na mente do africano na assunção da sua identidade e destino. Admite-se no entanto a inexistência de referências seguras e objetivas. O historiador Burquinabê Joseph Kizerbo afirma que são fatores como a predominância da tradição oral dada a ausência de fontes escritas, a carência de indicações cronológicas, a fraca exploração da arqueologia e a linguística, que levam a esse entendimento, subjetivo e enviesado. Trata-se fundamentalmente de um problema de transmissão, a forma como fatos tão remotos chegam ou deixam de chegar até nós, aos nossos tempos.

O antropólogo senegalês Anta Diop (em *Civilização ou Barbárie*) retoma o assunto, argumentando que a África dispõe desse fundamento teórico pois a Egiptologia responde plenamente pelo historicismo da tradição africana e que “todos os povos, armados da sua identidade cultural, reencontrada ou reforçada, podem chegar ao nível da era pós-industrial”.

Deixando de lado esse debate de cariz sentimental, indicadores mais objetivos demonstram mesmo, que a África é a zona geográfica do mundo com os piores índices de democratização e coincidentemente ou não, também com os piores indicadores de desenvolvimento económico e social. Em África as reformas políticas mantêm-se incompletas, o neopatrimonialismo e a patronagem seguem presentes, com fortes resistências às reformas neoliberais e outras. Segundo Gyimah-Boadi (2004)¹ ainda falta entrincheirar uma competição saudável, moderar o majoritaríssimo cruel, reforçar a proteção das minorias, étnicas, religiosas e outras, e promover a participação cívica inclusiva. As instituições da governação democrática continuam fracas, e a cultura política da democracia ainda está por ser completamente estabelecida e institucionalizada.

Eis o que constitui a questão principal da presente análise: **em que fase se encontram as reformas políticas visando a democratização do continente africano e que mudanças de paradigma devem ser concebidas para evitar o reverso do processo e permitir que a África saia da fase da construção para assumir o processo da consolidação democrática.**

Há desde logo a assinalar, uma importante alteração na atual abordagem deste assunto, tido no passado como tabu. Até aqui, os falhanços das reformas e o neopatrimonialismo instalado e que levaram invariavelmente à falência do Estado e não poucas vezes à guerra civil, eram sistematicamente apresentados exclusivamente como heranças do colonialismo e resultados da injustiça do sistema internacional. Hoje, já se assiste a uma maior e crescente assunção pelos africanos de que o problema está também e sobretudo nos defeitos das suas próprias instituições de governação e nos incentivos distorcidos que promovem. É disso bastante expressivo o relatório de 2003 sobre o desenvolvimento de África:

Mais do que quatro décadas da independência, devia ser tempo suficiente, para muitos países ultrapassarem as heranças coloniais e avançarem. África precisa então olhar para si próprio – especialmente para a natureza do seu poder político e das suas instituições de governação. Se há falta de transparência e da prestação de contas na governação, “check-and-balance” inadequados, não adesão ao Estado de Direito, inexistência de meios pacíficos e credíveis de substituir os líderes, ou falta de respeito pelos direitos humanos, o controlo político se torna excessivamente importante e a aposta excessivamente alta².

Esta coresponsabilização abre portas a uma abordagem despida de complexos e capaz de proporcionar uma parceria global mais eficaz, que explora várias práticas com sucesso pelo

¹ Gyimah-Boadi, E. DEMOCRATIC REFORM IN AFRICA. (2004). The Quality of Progress. Lynne Rienner Publishers, Inc. Pag. 36

² Idem, pag. 38

mundo e capazes de favorecer uma maior e melhor prestação de contas por parte dos governantes. Uma emulação positiva comparando-se aos melhores e se sujeitando à crítica horizontal feita pelos pares, a uma maior capacidade de pressão interna a uma melhoria global de todo o edifício e do ambiente para a construção democrática.

CONTEXTO

A necessidade metodológica de harmonizar a análise e o tratamento enquanto entidade orgânica, incorre sempre no risco de apresentar África como uma unidade homogênea, única, modelada e nivelada. Na verdade, nessa vastidão do continente África existem várias Áfricas, provenientes de vários conceitos de estruturação, influenciadas por várias modalidades de ocupação e exploração, emergentes por via de vários mecanismos de acesso às independências, habitados por uma pluralidade elevadíssima de povos e identidades.

Para fugir a outras parametrizações (e já ouvimos que também pela falta de referências seguras, muito anteriores a este período), se escolhe o evento das independências como ponto de partida temporal, o que nos reporta para os inícios dos anos sessenta do século XX. Aqui, em função da natureza colonial, se vão encontrar modelos e modalidades diferentes de descolonização e conseqüentemente, a definição de estruturas administrativas bem dispare para a nova entidade política emergente. Assim, várias Áfricas, feitas das ex-colônias, inglesa, francesa e portuguesa (para citar só as 3 mais importantes) com níveis de estruturação administrativa, níveis de escolarização e urbanidade bem diferentes.

Apesar desta pluridade e de uma herança estrutural (legal e administrativa) muito díspar, é comum a estes grupos de países a inexistência de classes sociais dominantes, formadas por elites conscientes, estruturadas e fortes. O exercício político é dominado por Homens fortes, individualidades de carisma e algum conhecimento, que conseguiram romper o filtro colonial e aceder a conhecimentos então muito reservados, ou ainda podendo ser simplesmente resistentes locais que se evidenciaram na sua capacidade de mobilização e pela coragem em enfrentar a máquina de repressão colonial, merecendo então a admiração e respeito dos seus povos.

Estas vicissitudes vão definir o carácter das nações que emergem da independência, influenciadas agora, tanto pela proximidade que mantêm à respetiva ex-potência colonial, como pelo campo a que aderem no quadro da então guerra fria, mas sobretudo tendo de enfrentar e resolver questões sociais estruturantes que estavam simplesmente adormecidas durante o período colonial. No essencial, esses países se estruturaram à volta dos seguintes parâmetros: Sistema de partido único ou isento de partidos políticos, mas tendo sempre um homem forte, chefe militar ou não; grandes proclamações de vontade mas com muito baixa formação, o que leva à estruturação à volta do chefe e ao sentimento de que é a generosidade e patriotismo do chefe que asseguram o bem-estar coletivo.

A Guerra fria produzia então campos de influência que facilitavam o acesso a apoios económicos importantes e que libertavam os Estados da pressão excessiva para satisfazer as suas obrigações primárias.

Chega-se aos anos de 89 – 90, a queda do muro de Berlim e a derrocada do Sistema socialista comandada pela União Soviética. Este evento é precedido por uma situação económica já claramente insustentável nos países que dependiam da generosidade soviética e do bloco Comunista, pelo que não têm alternativa senão a aceitação da ajuda das potências ocidentais e consequente imposição das respetivas regras, ou seja das reformas estruturais desenhadas pelas instituições de Bretton Woods – os programas de ajustamento estrutural e que proclamavam essencialmente, o fim da regulação centralizada da economia e dos subsídios aos sectores económicos deficitários, e consequente liberalização económica (lei do Mercado). Mas também não tardou até que o próprio Banco Mundial e o FMI, dessem conta de que essas medidas não conseguiam ter o impacto desejado e produzir a alteração estrutural pretendida, se não se fizerem acompanhar de reformas políticas e a democratização das sociedades.

É assim que estas reformas entram para a agenda dos países africanos e passam a constituir um requisito indispensável para poderem dispor de um programa de cooperação e assistência do FMI, também tido como requisito essencial para outros programas de cooperação e assistência com os seus estados membros, ou seja com o mundo ocidental. Ou seja, por condicionalismos externos, os países assumiam o compromisso de realizar eleições, sem que interiorizem ou assumam todo o alcance das reformas políticas que a construção democrática impõe.

Os desenvolvimentos políticos e económicos em África nos anos 90, provocaram então proclamações otimistas da “Renascença Africana”, do “Renascimento” ou mesmo da “segunda libertação”³. Era a época do otimismo Africano e o convencimento de que tinha soado a hora de África, até porque coincidente com a proclamação eufórica de Francis Fukuyama⁴ de que podíamos estar a testemunhar o ponto final da evolução ideológica do homem e a universalização da democracia liberal do ocidente enquanto estágio último da governação humana.

O ajustamento estrutural imposto pelas instituições de Breeton woods⁵ não vai produzir os resultados esperados, e se junta ao insucesso anterior da economia planificada na lista de das más soluções de governação económica em África, o que ainda coincidentes com o eclidir das guerras civis no Ruanda, na República Democrática do Congo, no Burundi e na Serra Leoa, com reformas democráticas conturbadas nos Camarões, na Guiné e no Níger, a erupção da guerra entre a Etiópia e a Eritreia. Esse quadro, e a recessão económica que logo surgiu, rapidamente converteram a euforia numa avaliação negativa de África, passando a ser anunciado como “Continente perdido” e instituindo o “afro pessimismo”.

Precipitara-se logo e de novo as sentenças de que as reformas económicas liberais, largamente patrocinadas do exterior, têm raízes muito curtas e fracas nos países africanos. Bratton e Mattes⁶ vêm indicar que não só é fraca a relação das elites com as reformas económicas, mas

³ Gyimah-Boadi, E. DEMOCRATIC REFORM IN AFRICA. (2004). The Quality of Progress. Lynne Rienner Publishers, Inc.

⁴ Francis Fukuyama. (1989). O fim da História e o último Homem.

⁵ Acordos assinados em 1944 em Bretton Woods (pequena cidade do estado de New Hampshire nos Estados Unidos) para a reorganização do Sistema Monetário Internacional.

⁶ Bratton, Michael. e Mattes, Robert. (2005) Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa.

existe ainda uma forte oposição popular a elementos chave das reformas, como a restrição do emprego e de outros benefícios.

Mesmo quando o Afrobarómetro indica progressos assinaláveis e que: os partidos no poder estão mais pressionados a partilhar o espaço político com a sua oposição e com os grupos cívicos e outros grupos de interesse; que se regista uma maior adesão à política democrática; que os cidadãos africanos demonstram uma crescente rejeição às formas não democráticas de governo e expressam forte preferência pela democracia; que emerge uma sociedade civil e se transforma num ator chave do processo de reforma; que grandes projetos de construção da paz, visando a democratização, estão sendo implementados; e que há um maior interesse no controlo e combate à corrupção.

Também se constata pela mesma fonte, que continua a registar-se o síndrome da reforma parcial e incompleta; que mesmo que o regime de troca externa possa ter sido liberalizado, e as restrições de importação tenham sido levantadas, a burocracia mantém-se perniciosa, ineficaz e corrupta; que a infraestrutura legal na maior parte dos casos continua muito fraca para adequadamente supervisionar os negócios do Estado ou a extração dos recursos assim como salvaguardar os direitos de propriedade e gerir os novos desafios que as economias em transformação enfrentam; que a privatização das empresas públicas não tem produzido os resultados projetados e tem servido sobretudo para alargar as avenidas da procura de renda, mas mais importante, que a corrupção oficial e o neopatrimonialismo persistem, apesar da liberalização.

Eis o contexto em que a questão principal desta abordagem ganha força e merece uma análise atenta e ponderada, sobretudo reconhecendo os níveis alarmantes de prevalência de endemias como o HIV (e agora o Ebola), a pouca diversidade da economia, elevados níveis de desemprego, e os persistentes desníveis de receitas e a persistência dos aspetos negativos da política africana, como a patronagem, a corrupção, o neopatrimonialismo.

Como enfrentar estes males e como reverter a situação da persistente dúvida, e definir um “Afro realismo” que indique os países africanos como propensos à implementação das reformas estruturantes e construir sistemas democráticos robustos, capazes de resistir a todas as ondas de reversão e entrar na fase da consolidação dos respetivos sistemas democráticos de governação.

FATORES NEGATIVOS

Corrupção

Já se disse acima neste trabalho que os estudos, disponíveis e conhecidos, indicam que ainda está por provar de forma objetiva e segura, a existência de uma relação direta entre democratização das sociedades, o seu crescimento económico, e o desenvolvimento. Contudo, esta constatação não retira a validade de múltiplas observações que vão no sentido, e da propensão dos países democráticos oferecerem melhores condições para o a realização de negócios e investimentos, o atendimento das necessidades sociais das populações e o desenvolvimento como um todo. Aqui e ali iremos continuar a encontrar dados que desafiam

essa realidade, como os que afirmam que o Uganda, o Ruanda e outros países africanos, têm registado importantes progressos económicos sem que os regimes políticos possam necessariamente ser considerados democracias.

Segundo Richard Roll e John Talbott⁷, a presumível relação causa efeito entre a democracia e o crescimento económico, vem indicar que os eventos democráticos (transições para a democracia ou o aumento das liberdades) são normalmente seguidos por aumentos dramáticos no PIBpc (Produto Interno Bruto per capita), e que tende a acelerar ainda mais com o tempo se o país mantiver a via democrática, enquanto que os eventos antidemocráticos são seguidos por declínios no crescimento económico.

A corrupção é aqui entendida como o processo pelo qual, os poderosos (aqueles que têm o controlo ou o acesso ao Estado) usam o seu poder de forma ilícita para, para benefícios pessoais e para acumular riqueza, sem produzir nada de mais em retorno para a sociedade.

A corrupção corrói os instrumentos de governação de uma sociedade, desencoraja o investimento privado, distorce os mecanismos de distribuição dos recursos, deforma as políticas, faz proliferar as regulações, esconde os deficits orçamentais, enerva as instituições, afasta os recursos da atividade produtiva (que deviam gerar riqueza) e desvia grandes quantidades de recursos.

As instituições que deviam ser os sustentáculos do Estado, se transformam em autênticas fachadas e tudo se transforma em encenação, e mesmo as pessoas à partida mais conscientes e comprometidas com o sistema, aos poucos deixam de acreditar e podem se converter nos seus piores inimigos.

Chegado a este ponto, as políticas e ações governamentais que deviam incentivar o investimento se transformam no seu principal entrave e ponto de bloqueio. A inflação dispara e convida o mercado negro a tomar conta da atividade económica pois os benefícios são maiores do que nas transações oficiais que estão bloqueadas, e porque os juros reais são negativos. Passamos a ter deficits orçamentais inoportáveis e os serviços públicos não podem senão colapsar, o que vai afastar todos os operadores sérios, todos os que deviam ser os principais parceiros para o desenvolvimento.

Barreiras Culturais (Religião, as minorias Étnicas) e as Grandes endemias – o fator HIV

A África é indiscutivelmente uma miscelânea de identidades, feitas de uma enorme pluralidade de línguas, culturas, crenças e religiões, muitas das quais ainda profundamente ligadas ou mesmo dependentes de práticas atrasadas sob o ponto de vista científico e tecnológico.

Para o objeto do presente, vamos nos interessar só por três fatores, até aqui algo negligenciados, mas que se presume responderem por grande parte das dificuldades da afirmação democrática em África: a maioria constituída de muitas minorias (linguísticas,

⁷ Gyimah-Boadi, E. DEMOCRATIC REFORM IN AFRICA. (2004). The Quality of Progress. Lynne Rienner Publishers, Inc. Pag.266 (Roll and Talbott, "Political Freedom, " p.79)

tribais, étnicas, religiosas); a resistência aos elementos do progresso e a vulnerabilidade perante dogmas e imposições religiosas.

Com a transição da democracia direta à democracia representativa os instrumentos da prática política foram paulatina e gradualmente se adaptando à nova realidade aperfeiçoando-a, nomeadamente através do princípio de escolha dos representantes e aprovação das decisões por voto favorável das maiorias, mas salvaguardando, contudo, os direitos fundamentais e os interesses da minoria. Ora a África real, é constituída por um conjunto bastante extenso de minorias cuja adição só chega a constituir uma maioria algébrica, nunca uma maioria verdadeiramente política. Neste contexto, se torna extremamente difícil que a governação possa interpretar fiel e corretamente a vontade e o sentido da decisão, quanto mais identificar e acomodar os interesses da nova minoria resultante.

Neste trabalho, já se repudiou o conceito de que determinadas sociedades não estarão talhadas para a convivência democrática, mas não se pode deixar de admitir que as culturas exercem uma influência bastante grande na maior ou menor dificuldade de afirmação e penetração de determinados valores. Aqui, o limitado acesso à informação, o fraco nível de instrução e a escassez e carência dos serviços, mantêm a grande maioria da população “attached to” elementos persistentes de resistência ao progresso e prejudiciais à pessoa humana e à sociedade.

Finalmente, a vulnerabilidade perante crenças e dogmas muitas vezes importadas sem qualquer conexão à realidade concreta. Hoje se assiste a uma forte penetração do fator religioso, sendo crescente a tentativa de identificar o Islão como a religião de África, por simples contraposição com o que era a religião dominante por parte da potencia colonial, maioritariamente católica ou protestante. Com o aumento das zonas de influência e mesmo a islamização massiva de largas zonas do continente, aumenta proporcionalmente a influência de grupos radicais ligadas ao fundamentalismo islâmico e com isto, uma relação secular de convivência e partilha pacífica em África pode facilmente ficar comprometida a favor de maiores riscos de ruturas, desconfianças, e mesmo de conflitos tribais e religiosos.

ELEMENTOS ENDOGENOS FAVORÁVEIS

O mundo é de facto cada vez mais global e tanto por via da influência direta como pelo fenómeno “snowball”, experiências vividas noutras latitudes, acabam tendo repercussões planetárias bastante importantes. É hoje impossível subestimar o peso das redes sociais e a velocidade com que os fenómenos são partilhados nos vários extremos de todos os continentes, na mesma hora em que acontecem. Por estas ou por vias de uma maior tomada de consciência, o certo é que hoje há registos importantes sobre a emergência de uma sociedade civil mais informada, mais preparada e mais atuante, uma força importante no desenvolvimento político porquanto vem preencher uma importante lacuna no tecido social e político do continente, convocando as massas para uma melhor compreensão dos fenómenos e mobilizando a sua disponibilidade para uma maior exigência da classe dirigente e a pressão para a obrigatoriedade na prestação de contas.

Assiste-se ao fim dos regimes de partidos únicos e ditaduras militares, com muito poucas exceções no continente, mas todas sob forte pressão interna e internacional para a abertura e

regularização já que o efeito solidariedade de que beneficiavam no passado, está fatalmente reduzido.

A nível das relações civil-militar, a nova democracia africana teve e continua a se confrontar com o desafio de democratizar a relação civil-militar, ou seja, trazer o aparato de segurança militar por debaixo de um efetivo controlo democrático. Muito progresso foi alcançado na promoção de uma relação civil-militar mais saudável. Subsistindo ainda alguns poderosos chefes militares que vestiram a pele de civis para se “transfigurarem” em líderes democráticos, a verdade é que já são muito poucas essas exceções e, mesmo quando existentes, já com muito pouco espaço de manobra, pela imposição do princípio de tolerância zero aos golpes de Estado por parte das organizações sub-regionais e pelo próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que reforça a disponibilidade e determinação do próprio povo em brigar pelo resgate dos seus direitos e competências. Assim, a constitucionalidade volta a poder estar no centro da atividade política e atuar como normativo regulador da relação entre todos atores e garantia do equilíbrio e funcionamento dessas estruturas.

Contudo, transformar a governação irá também exigir mudanças fundamentais na forma como o mundo exterior se relaciona com África. Os doadores vão ter de abraçar e interagir com a exigência popular por justiça, prestação de conta, e boa governação, por forma a que as elites tenham de aceitar a existência de instituições independentes e vigorosas e a responsabilização horizontal que pode produzir a boa governação.

Daí a relevante importância das Influências externas e das relações bi e multilaterais. Pegando nas palavras de Jimmy Carter, em 1977 no seu discurso de investidura como Presidente dos Estados Unidos da América, “porque somos livres, nunca poderemos ser indiferentes ao destino da liberdade, seja onde for”.

Influências externas e Assistência Internacional

Com essa simples frase, na opinião de Robert A. Pastor⁸, Carter demonstrava a compreensão do mundo liberal de que o poder da liberdade para moldar o mundo deriva da nobreza e da atração exercidas pela própria ideia da liberdade e que derivam das três ideias que estruturaram a constituição dos Estados Unidos da América e devem inspirar todos os povos do mundo à construção democrática: todos os povos do mundo têm direito a definir o seu futuro; todos fazem parte da família humana e; todos dependem uns dos outros para garantir esses direitos.

Compreensível que cada estado, evocando o princípio da soberania negue qualquer intenção de intervenção direta ou influência no seu processo de democratização, mas como ainda nos diz Carter “a democracia é uma experiência nacional, mas quando um ditador nega a um povo os seus justos direitos, o resto da comunidade humana não pode simplesmente ficar olhando”.

Hoje é ponto assente que a realização de eleições justas, livres e transparentes seja o momento de viragem para o início das reformas políticas com vista à construção democrática, sendo

⁸ Robert A. Pastor. (2011). The North American Idea.

importante que toda a comunidade internacional (dirigida pelo Conselho de Segurança das NU) se mobilize a aportar o seu apoio no acompanhamento e monitorização, por forma a tornar impraticável, qualquer tentativa de sua manipulação ou forja dos resultados. Aliás, as próprias Nações Unidas recomendam que os governos democráticos constituam grupos de pressão em cada região, para melhorar as defesas coletivas da democracia e desenvolver estratégias que facilitem as transições e evitem retrocessos.

Portanto, não subsistem grandes dúvidas de que a democracia tem de ser construída pelo povo de uma nação, mas que só será bem-sucedida se a comunidade democrática internacional ajudar. Para gerar essa vontade política para as reformas necessárias, ter-se-á que manipular a estrutura dos incentivos com que se confrontam as elites governantes⁹.

A África precisa de um “New deal”, de um novo compromisso: perdão da dívida por democracia e desenvolvimento por boa governação. Os governantes corruptos, abusivos, reincidentes ditadores devem ser estigmatizados, isolados, e pressionados por todas as partes – incluindo os seus pares líderes africanos. Os governantes democráticos que são sérios sobre o controlo da corrupção e governar responsabilmente devem ter a infusão dos recursos muito cedo para desenvolver o capital físico e humano que irá então atrair o capital de investimento.

MEDIDAS INCONTORNÁVEIS

Como vimos acima, a vontade política de que depende a criação de condições para a mudança política estrutural de África, terá de ser gerada em simultâneo, de baixo, de dentro e de fora, correspondendo respetivamente ao papel da sociedade civil e da cidadania nacional, o estímulo de eventuais núcleos de reserva moral e ética dentro das próprias elites e estruturas dominantes ou governativas e pelos parceiros internacionais. É importante insistir sobre a importância da sociedade civil e a cidadania como um todo no crescimento geral e no compromisso com os valores morais e éticos

Focalizando agora o domínio interno das próprias instituições africanas, algumas medidas essenciais básicas devem ser consideradas incontornáveis e fundamentais para este compromisso coletivo a favor da democracia:

1. Os africanos precisam descomplexar as mentes e assumir parte dos riscos (e do bolo).
2. A educação tem de ser a primeira de todas as prioridades;
3. A institucionalização da vida política e da solidariedade social;
4. Prestação de contas;
5. Ousar definir o próprio modelo e o próprio destino

Descomplexar as mentes (Reafricanizar os espíritos?)

Muitos eventos e circunstâncias históricas colocaram a África por demasiado tempo numa perspetiva defensiva e perante a contínua necessidade de justificar suas decisões e escolhas,

⁹ Gyimah-Boadi, E. DEMOCRATIC REFORM IN AFRICA. (2004). The Quality of Progress. Lynne Rienner Publishers, Inc. Pag. 278.

mas na grande maioria das vezes sem de facto exercer qualquer opção nem alguma decisão. A África vive um complexo existencial do qual precisa se libertar: não precisa passar todo o tempo a provar que tem história – precisa estudar e dar a conhecer a sua história (que será sempre a sua versão da história, confirmada por uns, e desafiada por outros. Mas a sua história); não precisa explicar continuamente porque usa línguas oficiais que vem dos outros – precisa assumir que esse é o caminho escolhido, ou não, e viver com essa escolha e opção. Mas também sem medo de voltar atrás e corrigir esse percurso; não tem que justificar porque sua moeda está associada ao Euro – precisa avaliar se as razões que ditaram essa decisão no passado ainda se mantêm válidas e decidir em função, se mantêm a situação ou a altera.

Por via deste importante processo de libertação mental a África deverá assumir a sua autenticidade para estabelecer marcos de identidade, cultura, história, economia, ciência e todos os domínios da sua atividade. Com esse reposicionamento, África estaria em condições de definir uma visão estratégica partilhada para o futuro baseada numa análise própria, em escolhas e opções próprias e assim dar consistência às políticas: o programa de integração regional faria mais sentido (do que simplesmente seguir o padrão europeu de referência), o NEPAD¹⁰, mais do que um dito Plano Marechal para África, seria antes de mais uma filosofia de atuação, através do qual se assegura uma alocação responsável dos recursos aos domínios prioritários e uma participação responsável dos cidadãos no acompanhamento da sua implementação e a devida prestação de conta horizontal e vertical.

Só uma postura similar irá permitir a África uma avaliação conseqüente da sua progressão ou retrocesso e dispor dos instrumentos para corrigir as imperfeições do sistema criado. Tem a África de ousar definir o seu destino e assumir os erros resultantes das escolhas que fizer.

Educação - a primeira de todas as prioridades

A questão democrática está intrinsecamente ligada à questão da formação do povo porquanto se liga mesmo à questão da própria identidade nacional pois só um “cidadão consciente” é capaz de se indagar sobre a sua nacionalidade, suas origens e o exercício da sua cidadania. Não deverá se distanciar desse principio a formulação comum à constituição dos Estados democráticos que reza “a educação é dever da família e do Estado,...é a consagração de um ideal da solidariedade humana e visa a preparação do indivíduo para o pleno exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.¹¹”

O deficit de instrução, formação e informação é sem sombra de dúvidas o fator primordial para os atrasos que a África regista. Todos os terríveis indicadores sociais têm como causa principal esta falta gigantesca e atrofiante: as taxas de mortalidade materna e infantil em África, têm como principal motivo a falta de educação e orientação das mães sobre os cuidados a ter antes, durante e depois da maternidade; o nível da pobreza e sua incidência na esperança de vida média da população advém da limitada capacidade em compreender e transformar o meio em que as populações vivem; os conflitos étnicos, sociais e religiosos, vêm sobretudo da falta de conhecimento mutuo e de manipulações vindas de outras paragens, estranhas a toda a

10 NEPAD – Nova Estratégia para o Desenvolvimento de África

11 Constituição do Brasil, (artigo 2o da Lei No 9.394 de 20/12/1996).

realidade em que vivem as nossas populações; a própria governação e falta de entrosamento entre o governante e o governado tem como principal causa o limitado acesso deste às informações e a compreensão dessa informação por forma a poder julgar o desempenho daquele.

Por outro lado, dados sobejamente conhecidos demonstram sem grandes sobras para dúvidas que os países africanos com maior índice de desenvolvimento, não são aqueles necessariamente com maiores reservas de recursos naturais como se proclamava à altura das independências (o Congo considerado um “escândalo” geológico, pela sua extraordinária riqueza em minérios) mas aquelas que eram consideradas improváveis (Ilhas Maurícias e o Arquipélago de Cabo verde, por terem apostado particularmente na valorização dos seus recursos humanos). A era do conhecimento irá sobreviver ainda a muitas gerações, pelo que, as sociedades que não encontrarem formas de participação no quadro de relações definido por este fator, dificilmente terão capacidade de sair dela com algum sucesso. O ensino, a educação, a formação do homem, são incontornáveis para pacificar a sociedade, para a democratizar e para a desenvolver.

A institucionalização da vida política e da solidariedade social

Uma das causas conhecidas da difícil herança que a África vive é ter uma história que se baseia na tradição oral e não em fontes escritas sólidas. Certamente influenciado por essa tradição, os africanos mantêm uma grande tendência à informalidade e à personificação dos direitos e competências e que leva à demasiada subjetividade e desequilíbrio no julgamento e repartição da riqueza coletiva. Enquanto Linz afirma que sem lei não há Estado e sem Estado não há democracia uma vasta maioria de africanos continua a preferir delegar no “Chefe” a competência para repartir sua generosidade e cuidar dos seus interesses. Ora esse parece ser o primeiro pressuposto para o autoritarismo que acaba invariavelmente por daí resultar, pois se para dirimir conflitos de propriedade perguntamos ao chefe e não à lei, se para auferir aos direitos individuais se fala com o chefe e não com a lei, o chefe se transforma em lei e todo o esforço é orientado no sentido de ter acesso ao chefe e ter capacidade para o persuadir.

A democracia deve ser construída à volta de e com instituições fortes e consolidadas, que respeitam as leis e normas instituídas e em que os autores têm condições de esperar um tratamento equitativo e transparente, em conformidade com as regras e princípios previamente estabelecidos. Assim se garante a estabilidade do tratamento e do julgamento das situações e assim se assegura o carácter previsível da atuação dos responsáveis.

Prestação de contas

Dahl, ao definir as poliarquias estabeleceu como requisitos fundamentais, a submissão de todos (incluindo os militares) ao poder eleito por sufrágio universal, e à prestação de contas sobretudo a nível horizontal, ou seja, pelos pares. Se hoje, há indícios estimulantes de uma crescente e maior adesão dos cidadãos e da sociedade civil à exigência do “accountability” por parte dos governantes, e de todas as elites de governação, esta passaria a ser um passo importantíssimo para o salto qualitativo que se ambiciona no cenário político em África. Se,

desde as cimeiras dos Chefes de Estado até congressos dos sindicatos, as elites políticas africanas comecem a expressar uma adesão formal à governação democrática, e essas resoluções e protocolos rejeitem o autoritarismo e afirmem a governação democrática, isso representaria uma grande oportunidade para montar vigilância popular em apoio ao desenvolvimento democrático ou contra a reversão democrática.

CONCLUSÃO

Afirma Huntington¹² que a história tem provado errados, tanto os otimistas como os pessimistas em relação à democracia, e que as culturas são dinâmicas, podendo evoluir e constituir fatores de mudança numa realidade que tradicionalmente tinham levado à estagnação.

Assiste-se em África a uma melhoria substantiva das liberdades e a expansão da democracia, com movimentos “de baixo” por parte da sociedade civil, com sinais de um exercício de cidadania, mais ativo e mais atuante; com núcleos dentro das próprias estruturas governativas a exigir mais abertura, mais liberdades e mais reforço das instituições e procedimentos de rigor e transparência; mas também a nível internacional num compromisso dos próprios líderes africanos e a disponibilidade da Comunidade Internacional a estabelecer novas regras de relacionamento e parceria.

As liberdades melhoraram mesmo e a democracia expandiu dramaticamente em África desde finais dos anos noventa, mas a promessa de uma “segunda libertação” ao longo do continente parece estagnado, e voltam os riscos de abusos nas liberdades políticas, e também do desenvolvimento económico e social¹³.

Por este estudo, se conclui da necessidade do reforço do compromisso interno das sociedades africanas com a criação de condições objetivas a favor da democracia, nomeadamente através do descomplexo das mentes africanas, do ensino e da institucionalização política, mas também da necessidade de um “New deal” com as instâncias parceiras da Comunidade Internacional.

Para serem democracias, remata ainda Huntington¹⁴ **as futuras elites políticas Têm de acreditar, como mínimo, que a democracia é o menos mau das formas do governo, para suas sociedades e para eles próprios.**

Uma pesquisa recente da Afro-barómetro refere que 67 por cento dos inquiridos em 36 países africanos viam a democracia como o melhor sistema do governo –mais que esperança, esta é uma responsabilidade que deve ser partilhada por todos e a todos os níveis.

¹² Huntington, P. Samuel.(1991). The Third Wave. pag. 24

¹³ idem

¹⁴ Huntington, P. Samuel.(1991). The Third Wave. pag. 24